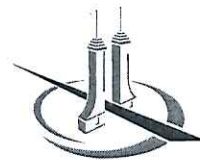




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO



CMU 000683 - 16 26/04/2024 16:28

Projeto de Lei n.º 033/2024-Poder Executivo.

Projeto de Lei n.º 48 /2024.

Dá nova redação ao artigo 3º, da Lei n.º 4.320, de 21 de fevereiro de 2014, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme menciona”.

**Art. 1º** O artigo 3º, da Lei n.º 4.320, de 21 de fevereiro de 2014, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme menciona”, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º** O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC será constituído de órgãos governamentais e entidades não governamentais, de forma paritária, com a seguinte representatividade:

**I – Órgãos Governamentais:**

a) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, do Gabinete do Prefeito Municipal – GAPRE;

b) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES;

c) Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SEHARF;

d) Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

e) Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural – SEMIUR;

f) Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico – SEPLAN;

g) Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

h) Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;

i) Exército Brasileiro;

j) Brigada Militar; e

k) Corpo de Bombeiros da Brigada Militar;

**II – Entidades não Governamentais:**

a) Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA;

b) Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;

c) Associações de Bairros;

d) Clubes de Serviço;

e) Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;

f) Multilog Brasil S.A.;

g) Concessionária de Água e Esgoto Sanitário – BRK;

h) Concessionária de Energia Elétrica RGE;

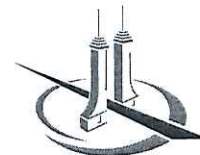
i) Hospital Santa Casa de Caridade de Uruguaiana;

j) Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e

k) Associação Brasileira de Transportes Internacionais – ABTI.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO



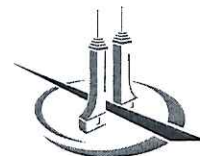
*Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal poderá substituir, por Decreto, qualquer um dos órgãos governamentais e/ou de entidades não governamentais previstos na representação de Conselho, desde que mantenha correlação com as ações pertinentes à Política de Proteção e Defesa Civil do município de Uruguaiana/RS.*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 19 de abril de 2024.**

**Ronnie Peterson Colpo Mello,**  
Prefeito Municipal.





### Justificativa

Encaminho à apreciação desse egrégio Poder Legislativo o incluso **Projeto de Lei n.º 48/2024** que “**Dá nova redação ao artigo 3º, da Lei n.º 4.320, de 21 de fevereiro de 2014, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme menciona”**”.

A alteração, ora encaminhada, impõem-se pela necessidade de se atualizar a constituição do Conselho, criado nos termos da supracitada Lei n.º 4.320, de 2014, a partir da instituição do Fundo Municipal de Defesa Civil do Município de Uruguaiana/RS – FUMDEC, de que trata a Lei n.º 5.616, de 7 de novembro de 2023, e, ainda, levando em consideração o que dispõe o seu artigo 6º, ou seja, que o emprego dos recursos do FUMDEC será fiscalizado pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC.

Uma vez definida a nova composição, fica estabelecido que o Poder Executivo Municipal poderá substituir, por Decreto, qualquer um dos órgãos governamentais e/ou de entidades não governamentais previstos na representação de Conselho, desde que mantenha correlação com as ações pertinentes à Política de Proteção e Defesa Civil do município de Uruguaiana/RS.

Esta providência permitirá que o Conselho mantenha a plena composição paritária, para cumprimento do que lhe é atribuído como competência, ou seja: auxiliar na formulação, propondo normas, para implementação e execução do Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil; expedir procedimentos para implementação, execução e monitoramento da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil; estimular a participação de entidades públicas e privadas e da comunidade nas ações de proteção e defesa civil; promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil; e, acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares de proteção e defesa civil.

Pelo exposto e confiante na pronta atenção de Vossa Excelência e demais pares, solicito seja o projeto apreciado em regime de urgência, nos termos do artigo 82, da Lei Orgânica do Município, subscrevendo-me

Atenciosamente,

**Ronnie Peterson Colpo Mello,**  
Prefeito Municipal.